

TENSÕES ENTRE MOVIMENTOS INSTITUINTES E PRÁTICAS RACISTAS: DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10639 NA ESCOLA AMAPAENSE

EUGENIA DA LUZ SILVA FOSTER (UNIFAP).

Resumo

Não obstante diversas iniciativas que vêm sendo tomadas em termos de políticas educacionais visando a superação do racismo na escola, nossas pesquisas sobre o processo de implementação da Lei 10639/03 nas escolas da rede pública estadual macapaense desde 2005 têm indicado que a memória racista que impregna nossa escola constitui poderosa barreira ao processo de construção de uma visão positiva da negritude, como prevê a lei 10639/2003. Todavia, essa memória depreciativa tecida historicamente vem sendo fraturada, paulatinamente, por movimentos instituintes de uma nova racionalidade mais incluyente racialmente, fator fundamental na reconstrução da identidade racial negra, no espaço escolar. Temos como hipótese que um dos responsáveis pela disseminação dessa memória, no espaço escolar, são os(as) professores(as), além das narrativas ficcionais tanto populares como literárias que trazem ou não referência ao negro, usadas por eles(as) em suas atividades pedagógicas. Acreditamos que a pouca atenção dada à memória afetiva racial desses sujeitos e ao uso que fazem ou podem vir a fazer dessas narrativas, no processo de formação dos professores (inicial e continuada), pode comprometer a efetivação da referida lei e contribuir na perpetuação das práticas excludentes. Compreender esse processo é o objetivo da investigação a que se refere este trabalho. Tomamos como referência autores que criticam essa racionalidade divisionista, binária e racista que sustenta nossa educação e nossa escola e propõem outras formas de pensar e educar, tendo em vista um projeto social mais amplo. Na busca de apreender os processos de reinvenção da escola e endereçando nossas análises à formação docente, escolhemos como campo de pesquisa as experiências escolares, com possibilidades instituintes. Ou seja, aquelas que objetivam provocar mudanças nesse cenário por priorizarem outros saberes, lógicas e formas de organização social para além dos padrões instituídos.

Palavras-chave:

Formação Docente, Memória Racial, Movimentos Instituintes.

Introdução

A questão racial é ainda hoje um tema causador de bastante polêmica. Por essa e outras razões, muitas vezes no âmbito social e na própria escola procura-se silenciar o assunto, ignorá-lo, preferindo uma postura "neutra" evitando, assim, conflitos às vezes necessários. Na escola a alegação mais comum é despreparo. É o curso de formação inicial que não preparou o professor, é a Secretaria de Educação do Município e do Estado que não capacitou professores e não dá apoio, enfim, argumentos são vários e várias são as formas de escamotear o assunto.

Vivemos em uma sociedade que apregoa ainda uma democracia racial, com base no argumento da miscigenação, como se a simples miscigenação fosse condição, por si só, para a suposta democracia racial. Alega-se que na região amazônica não há negros e sim povos que, racialmente, são resultantes do cruzamento de etnias indígenas com populações negras e com brancos, e que, por isso, todos têm origem negra, indígena e branca.

Argumenta-se que o que denominamos de racismo não passa de um processo de discriminação social. Entretanto, os defensores da discriminação social não conseguem explicar os casos de racismo explícito ou não. Não é de se estranhar, portanto, que boa parte dos brasileiros ainda acredita que vivemos numa "democracia racial" e que o problema brasileiro, amapaense é social e não racial. Por conta disso, o brasileiro além de acreditar na sua "democracia racial", também acha que falar do problema é subversão. SANTOS (1994).

Diante desse quadro apenas esboçado e, tendo em vista o resultado de pesquisas (Foster, 2004[1]; Gomes, 1995; Cavalleiro, 2000), entre outros, que nos têm mostrado a persistência no contexto escolar dessa memória racista, expressa em situações e práticas discriminatórias contra crianças e jovens negros, neste trabalho pretendemos empreender uma reflexão sobre as tensões presentes na escola entre os movimentos com características instituintes e que vêm apresentando possibilidades de provocar rupturas nessa realidade e as práticas racistas que subjazem nas memórias dos professores e nas suas práticas pedagógicas cotidianas.

Temos como hipótese que um dos responsáveis pela disseminação dessa memória secular racista são os(as) professores(as), além das narrativas ficcionais tanto populares como literárias usadas por eles (elas) em suas atividades pedagógicas. Tudo isso a alimentar dificuldades expressas em suas falas.

Partimos do pressuposto de que a escola não só reproduz as mazelas de nossa sociedade, mas também pode potencializar processos de resgate de histórias e memórias daqueles que foram ficando nas margens. Mais especificamente, no que diz respeito à questão racial, consideramos as mudanças que vêm ocorrendo no campo educacional, tanto em termos das políticas educacionais (Lei 10639/2003) como das práticas curriculares.

Trata-se de uma análise preliminar de alguns resultados da pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2006, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), onde trabalhamos uma disciplina no mestrado, intitulada **Tópicos Especiais sobre Relações Étnico-Raciais e Interculturais na Educação**, e onde coordenamos um grupo de pesquisa com o mesmo nome.

O projeto de pesquisa em questão surgiu como continuação da tese de doutoramento, onde procuramos estudar os processos de manutenção do racismo, mas buscando captá-lo nas sutilezas que perpassam o domínio das memórias e das narrativas ficcionais e populares usadas no cotidiano escolar. Na tese, a idéia foi compreender as tensões presentes entre as práticas racistas que se metamorfoseiam cotidianamente e os movimentos instituintes que anunciam possibilidades de mudanças na escola. O objetivo foi analisar os processos de manutenção do racismo, chamando atenção para as sutilezas por onde o racismo vai se metamorfoseando na escola. Além disso, compreender os movimentos instituintes que vão desconstruindo as desigualdades, suas dificuldades e avanços, no processo de explicitação das memórias políticas naturalizadas e silenciadas, e na compreensão dos mecanismos de afirmação das diferenças no cotidiano escolar.

Para isso, metodologicamente, buscamos privilegiar como campo de pesquisa, as escolas da rede pública macapaense que vêm se encaminhando no desenvolvimento de projetos com possibilidades instituintes. Dentre estas elegemos subgrupos de escolas a partir do critério: escolas quilombolas urbanas, escolas de bairros periféricos e escolas localizadas em um bairro central da capital Macapá. As escolas pesquisadas atendem alunos de 1^a a 8^a séries, nos turnos da tarde e manhã. Foram realizadas observações em sala de aula e entrevistas semi-estruturadas com professores(as). Foram entrevistados também os responsáveis em dar suporte às escolas no processo de implementação da Lei 10639/03, na Secretaria de Educação do Estado.

A intenção é analisar não só as suas falas, para explicitar essa memória racista bem como os indícios de avanços, mas também observar sua prática pedagógica cotidiana, a fim de captar o uso que é feito, na sala de aula, da ficção literária que aborda ou não a temática racial, nessa busca de nomear as sutilezas desse processo complexo em que se aprende a reproduzir o racismo, mas também se pode aprender a ultrapassá-lo.

Ao investigarmos o racismo existente nas escolas, nos pautamos também em estudos de Ginzburg (1989) que nos orienta a ficarmos atentos aos indícios e sinais considerados negligenciáveis e de pouca importância, pois são eles que, por serem facilmente ignorados, acabam escondendo e ou revelando muito das sutilezas do fenômeno. Ao mesmo tempo, optamos por uma abordagem qualitativa que nos permitisse o desvelamento das contradições do processo de uma maneira detalhada, profunda e analítica, além de interpretar as práticas cotidianas, a partir da perspectiva dos próprios professores. Isso, sem esquecer de contextualizar os dados em cenário mais amplo, identificando e documentando os processos.

A opção pela memória e narrativas está sustentada no referencial teórico-metodológico de apoio utilizado na pesquisa que nos orienta a buscar as sutilezas presentes no cotidiano da escola, nem sempre detectáveis, mas que podem contribuir para a reprodução ou para a superação do racismo na escola. Acreditamos que não podemos deixar de estar alertas para os mecanismos sutis de realimentação do racismo na escola e que, muitas vezes, estão na base do desencontro entre o que a escola proclama realizar. Daí, a necessidade de investir em eixos pouco valorizados, por serem considerados de menor valor científico como: a produção dos afetos, as emoções, os sentimentos, os valores, ou seja, aquilo que não é mensurável e que segundo o referencial teórico que guia nossas reflexões, é o que orienta nossas ações.

Nesta direção, para capturar esses eixos, temos buscado apoio teórico na concepção de memória e história de Walter Benjamin (1994) que critica a memória linear, acumulativa e padronizadora que constitui nossa sociedade, buscando privilegiar a memória dos vencidos. Nos estudos de Maturana (2001) que critica as separações entre razão e emoção promovidas por esse tipo de racionalidade em questão e a primazia que tem sido dada à razão em detrimento da emoção. O que se percebe é que a escola privilegia um discurso racional que ignora o poder dos afetos e das emoções por onde também se alojam os mecanismos sutis de discriminação, ocultos em práticas curriculares que se contrapõem a um discurso de igualdade. Daí, a dificuldade de transpor certos limites.

A ênfase na memória e nas narrações está relacionada à decisão metodológica de buscar evidenciar como os(as) professores(as) estão impregnados (as) por uma memória afetiva racista, desqualificadora do negro. Há indícios de que essa memória foi construída em cima de um imaginário que tem nas lendas, contos, histórias populares e literárias sua principal fonte de alimentação. Narrativas que

aliadas às experiências acidentais e sutis adquiridas no seio familiar, social e escolar que ajudaram a modelar o comportamento de rejeição ao negro.

Ao mesmo tempo, a opção por estudar as narrativas ficcionais usadas na escola se dá por elas se situarem na esfera não retórica e argumentativa e sim mais afetiva do conhecimento. Por outro lado, por considerar que têm contribuído para sedimentar o imaginário depreciativo sobre o negro, ao mesmo tempo abrem possibilidades de rupturas.

2. Tensões entre a memória racista e os processos instituintes: limites e perspectivas no processo de implantação da Lei 10639/03 na escola amapaense.

O desenvolvimento das nossas pesquisas vem sendo acompanhado, num movimento contínuo, por uma revisão da literatura referente à categoria movimentos instituintes[2], a partir das contribuições diversas, entre as quais destacamos as da profa. Célia Linhares, à categoria experiência e memória a partir do conceito de Experiência e História dos Vencidos proposto por Walter Benjamin e na Biologia do Conhecimento de Humberto Maturana. Além de uma revisão mais específica sobre relações raciais e educação no Brasil. Estes autores confirmam uma tendência atual de contraposição à racionalidade divisionista e hierárquica que tem dominado a educação.

Os movimentos instituintes são encarados aqui como movimentos de (re)criação da escola, pois entendemos que os sujeitos envolvidos nestes projetos buscam fomentar práticas sociais e pedagógicas construídas na experiência vivida, no mundo vivido.

Walter Benjamin (1994), por exemplo, em suas teses sobre o conceito de história, nos auxilia na análise do racismo na escola, quando nos convida a nos alinhar a uma concepção de tempo descontínuo, de modo que possamos, ao voltar nosso olhar para o passado, entrever outras possibilidades de futuro que ainda clamam por uma concretização. Desta maneira, valorizamos a história das lutas dos Cabanos, dos Balaios, e de outros movimentos sociais que lutaram por um projeto de nação mais justo e igualitário, e se opuseram a essa racionalidade excludente e hierarquizadora.

Segundo Linhares (2002), por estas e outras razões, somos instigados a romper os parcelamentos, as fragmentações e as hierarquizações, no intuito de dissolver "verdades" consensuais e totalizadoras. Esse movimento se dá através de um esforço de retomar outras memórias e de validar outras dimensões do trabalho educativo relacionadas às emoções e aos afetos, bem como aos saberes populares, alijados dos processos epistemológicos e axiológicos constituidores dos currículos e das práticas pedagógicas.

No que se refere à experiência no magistério todas as professoras apresentam uma larga experiência, sendo que o tempo de experiência varia de 6 a 20 anos de atuação. Quanto à formação verificamos que todas as professoras têm curso superior completo em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, curso este ofertado em um convênio entre a UNIFAP e o Governo do Estado do Amapá. Somente uma professora tem o curso em

Licenciatura Plena em Pedagogia normal, ou seja, entrou via vestibular e cursou os 4 anos e meio do curso.

Ao adentrarmos o campo escolar, algo nos chama atenção, logo de início: uma listagem de alunos e a descrição individual de seu pertencimento racial. Um fato curioso é que ao comparar as crianças relacionadas na lista com a descrição racial feita delas, o destaque cai na denominação parda, apesar de ficar evidente que a maioria podia muito bem ser descrita como preta ou negra. Já em outra, somente duas crianças foram denominadas negras e as outras de morenas. Fomos informados que essa lista é uma exigência da Secretaria de Educação e que as denominações foram dadas pelos pais no ato da matrícula. Não percebemos uma preocupação maior com as implicações dessa lista, embora, por si só, embora limitada, a iniciativa denote um movimento em busca dessa construção.

O fato de se perceber a necessidade de se incluir na escola uma lista onde as famílias identificam racialmente seus filhos, ainda que de cima para baixo, como parece ter sido feito, sugere um indício de preocupação com a questão da identidade racial, embora não claramente percebida pela escola. Ficam as questões: que tipo de apoio a escola teve ao receber essa orientação? De que modo essa lista ou essa iniciativa tem sido usada para trabalhar a construção positiva da identidade negra? Ao que parece, a escola atendeu a uma mera exigência da Secretaria da Educação, sem uma preocupação maior com a temática.

Este primeiro aspecto nos remete à necessidade de uma discussão mais consistente sobre duas questões importantes: a complexidade da questão da identidade racial no Brasil e particularmente, na Amazônia e o desencontro presente na relação entre as Secretarias de Educação e as escolas.

Ainda na questão da identidade racial, das 7 professoras participantes da pesquisa somente duas assumiram-se negras, as outras se autodenominaram morenas. Isso se deve ao fato do termo negro ser carregado de preconceitos, lembranças, de lutas na construção de identidade e muitas pessoas temem utilizar oralmente o termo negro (a) temendo ser mal interpretada, acabam utilizando a terminologia, *moreno (a)*.

O que acontece, na realidade, é a falta de conhecimento sobre a discussão mais atual a respeito da questão, embora se perceba informações soltas e diluídas nas falas delas. As professoras carregam uma memória afetiva racial preta de preconceitos, estereótipos que as fazem negar sua própria identidade racial. A sua história de vida, certamente explica essa auto-rejeição. Vejamos a fala de uma delas em referência à convivência com a população negra:

Por incrível que pareça....Nós temos agora, depois de adultos, mas na família mesmo, quando era criança....Só depois de uns dez anos que nós conhecemos um senhor num passeio, um senhor lá de "Coração" (bairro de negros). Um senhor mesmo daqueles negros (enfática) mesmo, puro mesmo... Ele se tornou muito amigo de casa. Mas independente desta época, desde criança meu pai vem nos ensinando a não ter preconceito. Tanto é que a gente freqüentava a casa dele...

Podemos constatar que as professoras, na sua grande maioria, negras ou não, ainda não estão preparadas para trabalhar a questão racial na escola, embora se perceba alguns indícios de avanços, ainda que fragmentados, nessa questão. A seguinte situação reflete bem essa questão: uma professora de Língua Portuguesa trouxe para os alunos copiarem uma narrativa intitulada "**A Barata nojenta**",

para tratar do preconceito e discriminação. Ela abriu espaço para as crianças falarem. Perguntou sobre as formas de discriminação. Um aluno negro (que já havia sido apelidado por um colega de "canetinha preta") falou sobre o "racismo de cor", mas não soube explicar e nem falou sobre o que tinha acontecido com ele na sala de aula. Outra aluna que se autodenominou negra disse: ninguém pode "me chamar de negra, porque tem Lei". A professora interferiu dizendo que se alguém a chamasse de negra, ela não se ofenderia, pois ela era negra e não tinha vergonha de ser. Nota-se que somente esses dois alunos falaram sobre preconceito racial, os outros alunos falaram sobre outras formas de preconceito, e a professora permitiu que o assunto fosse para outro caminho.

Esta situação de sala de aula relatada enseja duas ordens de reflexões: A primeira é sobre o tema escolhido para ser trabalhado: "preconceito e discriminação". A segunda é a respeito do encaminhamento didático e metodológico dado pelo professor ao tema. Seria a narrativa trazida pela professora, para os alunos copiarem "A Barata Nojenta" um texto adequado para o tema proposto? Não havia outro texto mais adequado ao tema? O fato de não ir mais fundo na questão e ter permanecido no nível da superficialidade, não denota a dificuldade da professora em encaminhar essa questão, mesmo sendo ela negra? O exemplo dessa dificuldade é a resposta dada por ela quanto ao fato de ser chamada ou não de negra.

No entanto, o fato de a professora responder, ainda que superficialmente, que ela é negra e não se ofenderia em ser chamada como tal, indica outra possibilidade na construção dessa consciência racial. Ao mesmo tempo, revela-se um indício de avanço o simples fato de o tema discriminação e preconceito fazerem parte das preocupações da professora em trabalhar com seus alunos, apesar de não ter explorado didaticamente como era de se esperar.

Aqui nos remetemos a um dos pontos centrais da teoria de Benjamin, qual seja, entendermos a história como tempo de possibilidades e encarar as memórias e as experiências vividas como expressões humanas capazes de desvelar as histórias não contadas nem escritas na versão oficial dos livros e de outros materiais.

Neste sentido, compreendemos que se as memórias e as narrativas têm contribuído para reforçar o racismo presente na escola, elas também nos permitem reconstruir histórias silenciadas. (FOSTER & MATELA, 2002).

Assim, se de um lado, percebemos nesse processo, práticas que reforçam mitos, estereótipos e refletem claramente a dificuldade de reconhecer o outro como sujeito histórico, de outro, percebemos a insurgência de 'novos' percursos anunciadores de novos tempos para a educação. Experiências que mostram as possibilidades de os sujeitos do processo pedagógico irem instituindo práticas escolares capazes de incorporar outras linguagens, dando voz aos estudantes, reafirmando a possibilidade da escola, como um espaço de construção de sujeitos, coletivos e individuais, respeitar o fazer dos diferentes sujeitos.

Apesar disso, as professora procuraram demonstrar que não encontram dificuldades em termos de preparo para abordar sobre a questão racial na sala de aula. Em suas falas elas buscavam a todo o momento enfatizar que se sentiam aptas a trabalhar este assunto. Uma delas nos respondeu de que forma ela trabalha isso dentro da sala de aula:

Não eu não sinto dificuldades, porque eu sempre faço comparações entre antes e agora, e tento mostrar para eles hoje em dia o racismo ainda existe, pessoas dizem: , ah é porque tá na cabeça, mas não tá não...

A fala da professora acima denota falta de informações mais precisas e consistentes sobre esta questão. Quando a professora fala sobre a questão da igualdade que ela acredita existir entre as pessoas, deixa bem claro que a professora está impregnada do discurso oficial, sustentado pela suposta democracia racial existente em nossa sociedade, onde se prega que todos são iguais e não existem conflitos sociais ou raciais.

Considerando que estas professoras são os agentes formadores da rede de educação básica esta questão se configura mais problemática ainda, o que torna imperativo abordar sobre a temática racial nos cursos de Licenciatura da Universidade, não só no curso de Pedagogia.

Falta aos professores conhecer o que a história oficial omitiu e se apossar do conhecimento negado durante o processo de formação das mesmas. É necessário, segundo nos aponta Gomes (1995) um reescrever histórico, desvelando o que a história oficial omitiu e distorceu sobre a participação do povo negro, na construção da sociedade brasileira, como meio para derrubar o mito da democracia racial presente na sociedade brasileira.

No que diz respeito à abordagem da questão do negro nas narrativas utilizadas em sala, pela sua relevância, e pela ausência sentida em certas práticas educativas, acreditamos que ainda a escola amapaense está no processo, mas falta caminhar muito nessa direção. Por isso, não descartamos a possibilidade de outros processos instituintes em outras escolas que anunciam outra forma de se pensar a questão racial no âmbito dos currículos escolar, de acordo com o que preconiza a Lei. Vejamos esta fala que é um indício de como a questão vem sendo encaminhada na escola:

Costumo usar algumas histórias infantis no meu trabalho com os alunos. Histórias de Monteiro Lobato que eles gostam muito. Só que na escola em geral, percebo que nas dramatizações, os personagens infantis como lobisomem, o personagem mau, é escolhido um aluno negro. Perguntam logo para o menino: "não queres ser o lobo mau, não queres ser o macaquinho?" Esta é a realidade.

Outro aspecto da questão observado nas escolas é a ausência de imagens sobre o segmento negro da sociedade brasileira, nos poucos cartazes e murais encontrados nas escolas. Em relação a cartazes a escola tem na portaria um cartaz de boas vindas e outros poucos no resto da escola, mas em nenhum se constata a presença de pessoas negras ou frases que valorizem as diferenças étnicas raciais. Chama atenção um cartaz dentro da sala, dentre outros três com figuras que representam as emoções e onde as crianças colocaram figuras de pessoas: alegria, tristeza, paz e amor, mas em nenhum deles as crianças escolheram colar fotos de pessoas negras.

Se for levado em consideração que os receptores das imagens encontradas nas salas de aula são crianças em processo de desenvolvimento cognitivo, social e emocional, e que por essa razão podem facilmente incorporar as mensagens com conteúdos discriminatórios, essa ausência é preocupante. Segundo Vygotsky (1984), o psiquismo humano existe por uma apropriação dos modos e códigos sociais. Com isso a criança internaliza os valores compartilhados pela cultura social dando a esse um sentido individual. Nesse sentido, as imagens e representações depreciativas que a criança negra internaliza, ou até mesmo a ausência leva-lhe a pensar que para o negro existir, ele tem de ser branco, ou seja, ele precisa negar a sua cultura, o seu corpo a sua etnicidade. Como resultado disso tem-se o desvirtuamento da identidade individual e coletiva, ou seja, o silenciamento do preconceito.

3. Considerações finais

O racismo vai se perpetuando através de mecanismos não racionais, mas sutis, de domínio subjetivo, localizados nos afetos e nas emoções, que nem sempre são conscientes, mas que fazem parte do fenômeno das relações humanas. Deste modo, a análise das formas diversas, através das quais o racismo vai sendo realimentado no cotidiano escolar, deve levar em conta não só uma perspectiva lógica do trabalho educativo que é desenvolvido na escola, mas também outros aspectos dessa dinâmica que, embora nem sempre visíveis e palpáveis, estão presentes em todos os domínios do universo escolar.

Concebemos algumas políticas educacionais, como a Lei 10639/03, como uma expressão de movimentos instituintes que vão paulatinamente contribuindo com o rompimento das práticas racistas, instituindo uma nova ordem mais incluyente, igualitária e plural etnicamente, embora acreditemos que somente uma canetada não seja suficiente para ultrapassar as práticas discriminatórias contra os negros nas escolas. Acreditamos, portanto, nas possibilidades instituintes dessa lei na luta contra o racismo.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do Silêncio do Lar ao Silêncio escolar. Racismo, Preconceito e Discriminação Racial na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____(org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*. N.º. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 2003.

----- **A** Mulher Negra que Vi de Perto. *O Processo de Construção da Identidade Racial de Professoras Negras*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. (orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LINHARES, Célia. Projeto de Pesquisa EXPERIÊNCIAS INSTITUÍNTES EM ESCOLAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: BRASIL E PORTUGAL, 2009.

FOSTER, Eugenia E MATELA, Rose Clair. Memórias e narrações: Pluralizando saberes na escola. 2004

MATURANA, Humberto. Emoções e Linguagem na Educação e na Política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

FOSTER, Eugénia da Luz Silva. *Racismo e Movimentos Instituintes na Escola*. Tese de doutoramento defendida em dezembro de 2004, pela Universidade Federal Fluminense, e orientada pela Professora Dr^a. Célia Frazão Soares Linhares.

MATURANA, R. Humberto. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*; Tradução: José Fernando campos Fortes. Belo Horizonte. Editora: UFMG. 1998.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é Racismo*. São Paulo: 1º passos, 1994.

VYGOTSKY, LS. *A formação social da mente*, São Paulo. Martins Fontes, 1984.

[1] Cf. Tese de Doutorado. FOSTER, Eugénia da Luz. Niterói, UFF, 2004.

[2] Na definição de movimentos instituintes nos apoiamos nos estudos de Linhares (2009).

Projeto de Pesquisa ***EXPERIÊNCIAS INSTITUINTES EM ESCOLAS PÚBLICAS E
FORMAÇÃO DOCENTE: BRASIL E PORTUGAL. UFF/2009.***